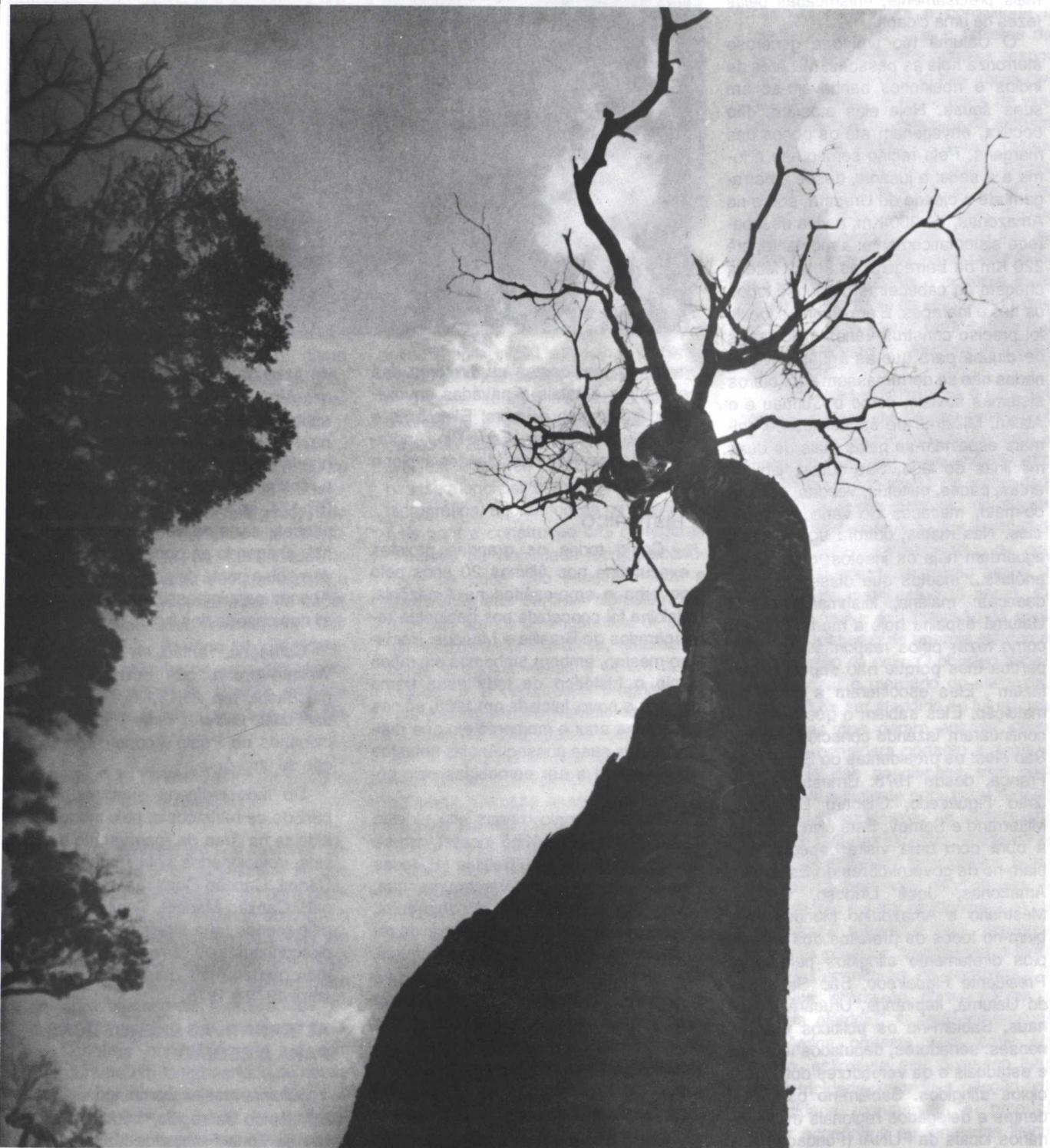


Nas terras Waimiri-Atroari projetos de morte

Egydio Schwade*

Arquivo CEM



A MORTE DO RIO UATUMÁ

O Uatumã está morto. No fundo de um leito escuro correm hoje as águas do rio Uatumã: envenenadas, fétidas, sem peixes, sem tartarugas, sem tracajás.

Suas margens, outrora verdes, parecem ter sido queimadas pelo fogo, ou mais precisamente, enlameadas pelas fezes de uma cloaca.

O Uatumã tão amigo e generoso aterroriza hoje as pessoas. Milhares de índios e ribeirinhos banhavam-se em suas águas. Hoje elas afastam, dão coceira, envenenam até os poços das margens. Pela região semeou-se a fome e a sede: a jusante, desde a barragem até a cidade de Uruará, sob o rio Amazonas, há 330 Km, a vida desaparece sistematicamente; a montante, até 220 Km da barragem, as águas fétidas chegam às cabeceiras de quase todos os rios e igarapés. E em diversos locais foi preciso construir vários quilômetros de diques para que as águas envenenadas não se derramassem para outros sistemas fluviais, como o Curiaú e o Alalaú. Milhares de esqueletos de animais espalham-se pelas mais de duas mil ilhas do lago. São cutias, jabutis, antas, pacas, caitetus, veados, porco-do-mato, macacos de variadas espécies. Nas matas, outrora acolhedoras, aguardam hoje os insetos: carapanãs, anófelis... Insetos que disseminam as doenças: malária, leishmaniose... O Uatumã espalha hoje a morte. Não há como rezar pelos responsáveis: "Pai, perdoai-hes porque não sabem o que fazem". Eles escolheram a prece da maldição. Eles sabiam o que faziam e continuaram fazendo conscientemente. São eles: os presidentes do Brasil e da França, desde 1978: Ernesto Geisel, João Figueiredo, Giscard D'Estaing, Mitterrand e Sarney. Este último apoiou a obra com uma visita especial. Sabiam-no os governadores do Estado do Amazonas, José Lindoso, Gilberto Mestrinho e Amazonino Mendes. Sabiam-no todos os prefeitos dos municípios diretamente atingidos pela obra: Presidente Figueiredo, São Sebastião do Uatumã, Itapiranga, Uruará e Manaus. Sabiam-no os políticos amazonenses: senadores, deputados federais e estaduais e os vereadores dos municípios atingidos. Sabiam-no os presidentes e delegados regionais e funcionários locais da FUNAI (Fundação Nacional do Índio). Sabiam-no, além do



mais, os presidentes ou diretores das empresas estatais e privadas envolvidas diretamente na obra: Eletrobrás e Eletronorte, Monasa, Enge-Rio, Andrade Gutierrez, Rofundo, Mendes Junior e Tenenge...

HISTÓRICO

Como todos os grandes projetos executados nos últimos 20 anos pelo governo e empresários na Amazônia, Balbina foi concebida nos gabinetes refrigerados de Brasília e Manaus. Por isso mesmo, embora tenhamos em mãos hoje o histórico de toda essa trama contra o povo, iniciada em 1968, só nos interessa aqui o momento em que realmente as suas consequências nefastas começaram a ser percebidas pelo povo.

Em 1972, pelo menos oito aldeias Waimiri-Atoari ou Kinã localizavam-se na região do lago de Balbina (1), todas elas interligadas por varadouros que, por sua vez, como uma teia de aranha, ligavam também as aldeias Karib da região Norte do País e países vizinhos. A região de Balbina era servida por varadouros, não com a finalidade de captar energia, mas para abastecer o povo de peixes, caça, ovos de tartaruga e tracajás, cuja abundância era notória para índios, seringueiros e exploradores de pau-rosa.

Em 1971, a BR-174 (Manaus-Caracará) atravessou o rio Santo Antônio

do Abonari. E a partir de 1973 os Waimiri-Atoari já começaram a sentir os efeitos do projeto Hidrelétrico de Balbina. A FUNAI e o 6º Batalhão de Engenharia e Construção (BEC) começaram a reprimir os índios na margem leste da BR-174, impedindo-lhes o livre trânsito naquela parte de seu território tradicional, chegando ao ponto de colocar grades sob a ponte do rio Santo Antônio do Abonari para impossibilitar o trânsito por ali das canoas dos índios (2).

Começou, então, a reação dos Waimiri-Atoari, em 29.12.74, do sertanista da Funai, Gilberto Pinto e demais funcionários do Posto Abonari II, à exceção de um só.

Do lado indígena sumiram, nesse período de resistência, pelo menos seis aldeias na área do reservatório de Balbina, relacionados pela Funai: Capitão Canari, Capitão Coroinha, Capitão Abonari, Capitão Manoel, Capitão Pedro e, pelo menos uma aldeia na época ainda desconhecida ou "arredia" (3). E o povo Kiña perdeu mais de duas mil pessoas entre 1972 e 1975.

ALTERNATIVAS ENERGÉTICAS PARA A REGIÃO

Balbina, assim como todo o plano hidrelétrico da região, foi feita em função da Zona Franca de Manaus e não em função das necessidades energéti-

cas do Estado do Amazonas, como se argumentava inicialmente. Por meio da pressão do latifúndio de um lado e da Zona Franca de outro, o povo do Amazonas foi perdendo, a partir de 1968, o seu patrimônio: a terra, as águas, as riquezas naturais nelas existentes. Hoje, a metade a população do Estado acumula-se em Manaus e ali vegeta na esperança de um emprego nas indústrias nacionais ou transnacionais do Distrito Industrial. Estas, por sua vez, prevalecem-se do povo pagando-lhes salários de miséria e exigindo do governo cada vez mais benefícios ou mordomias, oficialmente conhecidos como "incentivos fiscais". Entre esses "incentivos" está a energia a custos ridículos.

A opção por Balbina situa-se nesse quadro de interesses empresariais. Para o Distrito Industrial ela se afigurava como suficiente e simultaneamente alimentava de forma satisfatória a voracidade de certas empresas projetistas, topográficas e de sondagem (Rofundo, Internacional de Engenharia); de empresas de construção (Andrade Gutierrez, Mendes Júnior...); de Consultoria (Monasa, Enge-Rio, Jaakko Poyry); companhias de equipamentos e de construção de linhas de Transmissão. Estes foram os critérios utilizados na opção por Balbina. A opção por outras alternativas (energia solar, gás natural, petróleo, agiotérmica) poriam a nu o privilégio que o governo reserva para o empresário.

OS ABUSOS DE BALBINA

Balbina é o maior investimento realizado até hoje pelo governo federal no Estado do Amazonas. Um quadro comparativo torna visível o absurdo:

HIDRELÉTRICA	RESERVATÓRIO	PRODUÇÃO
Itaipu	1.350 km ²	12-14.000MW
Tucuruí	2.600 km ²	4-8.000MW
Balbina	3.000 km ²	80-100MW

Trata-se de uma área de mata virgem, rica em madeiras comerciáveis. A empresa sueca Jaakko Poyry Engenharia, contratada pela Eletronorte para fazer um levantamento sobre a extração e utilização da biomassa florestal relacionou, em pouco mais da metade da área do reservatório da UHE/Balbina, 68 espécies de madeiras comerciáveis, perfazendo um volume de 33,3 milhões

de metros cúbicos (4). Considerando-se o valor desse volume, estimado pela mesma empresa em mais de um milhão de dólares, ou seja, se calculássemos também o custo invisível de Balbina, veríamos que, apenas o valor da madeira dobraria o custo da obra. A Eletronorte poderia alegar que ainda explorará a madeira de Balbina, como o vem fazendo em Tucuruí, mas perguntamos: a quem favorecerá tal exploração?

Com relação ao espelho das águas do lago de Balbina, há muitas versões oficiais e oficiosas, que vão desde o tamanho de 165 mil a 500 mil hectares. Semelhantemente, com respeito à produção de energia. A capacidade da produção normal de Balbina vai de 78 a 250MW.

A Eletronorte pagou com dinheiro dos cofres públicos, no período de construção da usina, um bando de funcionários para manterem um clima de desinformação com palestras, livretos, filmes, etc. Hoje, já temos a certeza de que a capacidade média de Balbina é de menos de 100MW, quando a sua capacidade instalada é de 250MW. Um esbanjamento de maquinário.

Desde 1961 existe lei que proíbe a construção de lagos artificiais sem o respectivo desmatamento. A Eletronorte, "superando" (!) todos os dados da ciência, em um lago experimental a jusante da barragem, "provou" que tal lei é inútil e que nenhum desastre ecológico estava à vista com o afundamento da biomassa do reservatório. Ao contrário, peixes, tartarugas, tracajás e jacarés se multiplicariam. Até o peixe-boi encontraria um "habitat" ideal para sua sobrevivência e contribuiria para a manutenção e limpeza do lago.

Com relação aos custos visíveis de

substituição por uma termoeletrica a carvão trazido de Santa Catarina. A sua proposta foi ridicularizada pelos políticos amazonenses interessados em Balbina (5). Schulman foi afastado da direção da Eletrobrás e esquecida sua proposta.

Concluiu-se Balbina com uma linha de transmissão que custou a devastação de uma faixa de mata virgem de 100 metros de largura por 170km de comprimento. A madeira dessa faixa toda foi simplesmente queimada ou soterrada na lama. O fechamento das compostas custou a vida de milhares de animais selvagens: antas, jabutis, veados, porcos-do-mato, macacos, cutias, pacas, etc., que ficaram ilhados sem condições de serem socorridos. Os mosquitos começaram a tomar conta das matas circunvizinhas, aumentando as incidências de malária e leishmaniose. Os peixes começaram a morrer e o lago cobriu-se de iguapé e canarana.

Águas escuras e fetidas e milhões de troncos desnudados tomaram conta da paisagem. As duas mil ilhas do lago têm vida curta; já começam a desmornar ameaçando sedimentar o lago.

A Eletronorte reúne, periodicamente, um Comitê Consultivo do Meio Ambiente. No caso de Balbina gastaram-se fortunas em consultas que serviriam apenas para tapear a opinião pública. O INPA (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia) chegou a recomendar o uso de desfolhantes para a destruição da floresta e da rebrota. Até a BR-174 teve que ser erguida numa extensão de 30 quilômetros, ou seja, do Igarapé Santo Antônio do Abonari até o Igarapé Taquari. Além do mais há coisas inexplicáveis para o observador desavisado. Em 1984, em pleno andamento das obras, a Eletronorte solicitou autorização para pesquisa de minério dentro da parte da área indígena Waimiri-Atroari que iria ser inundada.

A cegueira e a má fé que envolvem a construção da UHE/Balbina desmoralizam qualquer governo, pois um mínimo de honestidade e seriedade jamais permitiria a construção de tamanho absurdo.

DESORGANIZAÇÃO DO POVO

Quando a BR-174 penetrou em território Waimiri-Atroari criando infraestrutura para a construção de Balbina, toda aquela região estava muito bem organizada, social, econômica e politicamente. Varadouros ligavam os rios e

igarapés da jusante ao montante, interligando os rios, todas as malocas Waimiri-Atroari e os povos Karib. Os Karib visitavam-se, periodicamente, das Guianas e da Venezuela até o rio Negro e médio Uatumã, caminhando semanas à sombra da floresta. As aldeias, muito bem distribuídas, garantiam comida abundante e variada (caça, pesca, frutas do mato e frutos da terra) ao longo da caminhada e em qualquer direção. Reinava a igualdade social que garantia a união e a paz entre o povo Waimiri-Atroari.

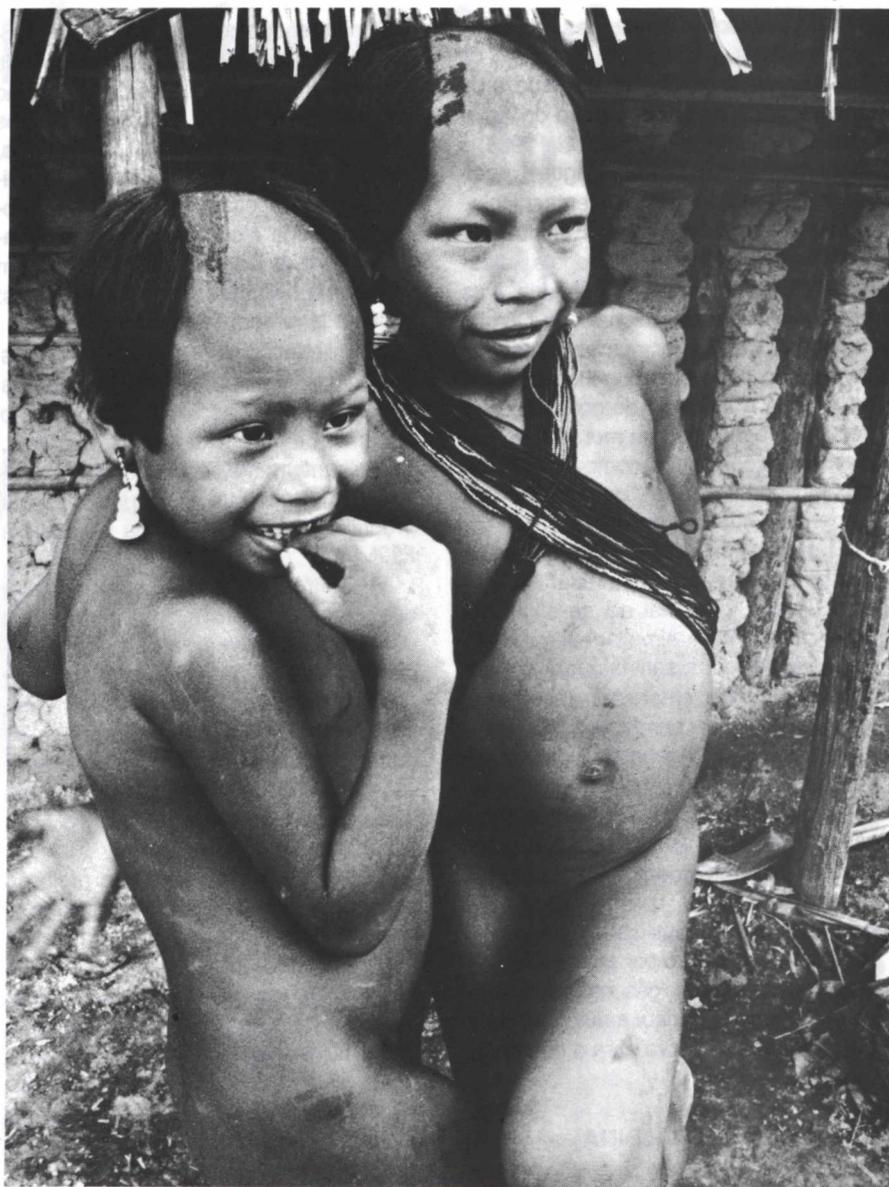
Esse povo ofereceu a mais forte e prolongada resistência contra o regime militar que se implantou durante os anos 60 no país. A resistência custou a vida de mais de dois mil Kiña e quase todo o seu território. Hoje os Waimiri-Atroari, embora restando apenas 400 pessoas, são um povo ocupado militarmente e pela FUNAI. Não lhes foi permitido um contato com o movimento indígena regional, nacional e internacional. Não lhes foi permitido um só contato livre, fora das vistas da FUNAI, com a sociedade envolvente.

POPULAÇÃO REGIONAL

Balbina também colabora na desorganização da população regional. No início do ano, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Presidente Figueiredo fundou uma delegacia no Rio Uatumã. Um mês depois, quando entrou em funcionamento a primeira turbina da hidrelétrica, a Eletronorte cooptou o delegado sindical; garantiu-lhe um emprego e em troca o mesmo omitiu-se totalmente no apoio aos flagelados do Uatumã, quando as águas envenenadas do lago se derramaram pelo leito do rio, matando os peixes, tartarugas, tracajás e contaminando os poços.

A Eletronorte transformou, através de Balbina, a população regional em um "pobre Lázaro". No canteiro de obras, uma flagrante divisão em 3 classes sociais: os marajás da vila Waimiri (engenheiros, diretores, e técnicos de alto nível); a classe média dos remediados da vila Atroari, composta de funcionários de nível médio (mecânicos, carpinteiros, etc.) e, finalmente, a Marola, onde os peões, em número de 4 ou mais, moram em pequeninos e apertados cubículos.

Ainda atrás dos portões da Eletronorte, vivem encurralados 666 moradores do rio Uatumã, a jusante da barragem, pertencentes ao município de



Presidente Figueiredo. Para ir à sede municipal ou à capital, Manaus, precisam submeter-se ao controle dos guardas de dois portões da Eletronorte; igualmente quando vêm fazer feira nas vilas Waimiri e Atroari.

A dependência do emprego da Eletronorte faz com que o povo se submeta a todo tipo de vexame. Depois que as comportas foram fechadas, também no transporte dependem totalmente das firmas construtoras de Balbina. O restante da população do município, fora dos portões, principalmente na BR-174 e Estrada de Balbina, sofreu prejuízos incalculáveis, sem uma só indenização ou vantagem.

Enquanto as vilas Waimiri e Atroari estão asfaltadas e possuem toda uma infra-estrutura sanitária e médico-hospitalar, a sede municipal vive no abandono total, submetida a uma adminis-

tração imposta pelos "donos" que vivem atrás dos portões de Balbina e do Pitinga (mineração Paranapanema).

Embora a Prefeitura e a Câmara Municipal de Presidente Figueiredo não tenham nenhum poder sobre os canteiros de obras, foram estes que elegeram o prefeito e vice-prefeito, respectivamente trazidos de Manaus e Pitinga, e mais sete vereadores (5 de Balbina e 2 de Pitinga), restando apenas dois que são vereadores do município.

AS LIÇÕES DE BALBINA E AS PERSPECTIVAS

Hoje, o território Waimiri-Atroari que não foi tomado pelas águas do reservatório de Balbina, encontra-se requerido por 13 empresas de mineração, 3 das quais já possuem alvarás aprovados pelo Governo.

Os 400 Kiña ou Waimiri-Atroari sobreviventes dos massacres ocorridos nos últimos 20 anos, estão à mercê dos interesses que se instalaram atrás da BR-174: a mineração e o programa energético. Para iludir os índios e a opinião pública, a Eletronorte organizou o Programa Waimiri-Atroari/Finai (6), financiado pelo Banco Mundial. A Paranapanema organizou o Programa Taboca/Funai.

Totalmente isolados do resto do país e, principalmente, do movimento indígena regional e nacional – a UNI (União das Nações Indígenas) – os Kiña não têm condições de avaliar os acontecimentos desse programa. Tudo que sai do tripé: FUNAI/PARANAPANEMA/ELETRONORTE, é fatalisticamente o "bom" e "verdadeiro". Qualquer assessoria que venha de outra parte – cientistas, CIMI (Conselho Indigenista Missionário), UNI – é "madana", "mentira" ou "Kwada", "ruim, não presta".

Os programas implantados têm uma estratégia muito bem montada para instilar nos Waimiri-Atroari critérios de "auto-determinação" que iludem o povo, dando a impressão de que eles estão sendo os donos do seu destino, quando na verdade se transformaram em joguetes dos manequins que a FUNAI formou entre eles.

O projeto de bovinocultura, de autoria do Programa Taboca/FUNAI, e a transferência de duas aldeias pela Eletronorte/FUNAI, para ceder lugar ao lago de Balbina, são exemplos típicos dessa situação. O projeto de bovinocultura foi concebido pela Paranapanema/FUNAI a partir de 1985. Foi ratificado através de um "Termo de Compromisso de Assistência Social Voluntária" (7), assinado pela Mineração Taboca S/A (Paranapanema) e 3 líderes Waimiri-Atroari; como testemunhas: Sebastião Amâncio da Costa e Raimundo Nonato Nunes Correa, ambos da FUNAI.

Por meio desse compromisso, as comunidades indígenas Waimiri-Atroari obrigam-se a:

a) Preparar a área para a formação de pastagens, construir os currais, cercas, cochos cobertos...;

b) Cuidar do rebanho e cumprir as recomendações técnicas;

c) Manter o rebanho nos anos subsequentes.

Quanto à empresa, as obrigações rezam:

"A Empresa Mineração Taboca S/A, por livre e espontânea vontade, oferecerá às comunidades indígenas Waimiri-Atroari, a título de apoio e assistência social, projeto de desenvolvimento comunitário, que constará, basicamente, de: projeto pecuário, projeto agrícola e demarcação de terras. Sua implantação compreende aquisição... de matrizes e reprodutores, bem como a demarcação da linha entre a área indígena e a **área concedida à empresa Mineração Taboca S/A**, compreendida entre os pontos 29 a 40 do Memorial Descritivo da Área Waimiri-Atroari, conforme Portaria da FUNAI nº 952/E/81".

O conteúdo desse contrato introduz nas comunidades Waimiri-Atroari um autêntico "Cavalo de Tróia". O projeto pecuário introduz um elemento desconhecido nas comunidades:

– o boi é um animal domesticado para alimento da comunidade; normalmente todo animal que a comunidade domestica ela não come;

– o boi representa, no caso Waimiri-Atroari, o fim dos abundantes roçados e das variedades agrícolas, enquanto as comunidades, muito pequenas, terão que ficar a serviço da criação, qualquer que seja o seu número;

– representa também o fim dos pomares, pela mesma razão;

– o fim das caçadas prolongadas e, portanto, o índio vai deixar de ocupar efetivamente a sua terra, a qual ficará à disposição das mineradoras, que já as requereram ao DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral);

– nas comunidades onde já foi implantado o Projeto, o "circo do boi" substitui a confecção de artesanato. Numa só palavra, o boi vai vencendo a resistência do povo. E os "gregos", de inimigos, passaram a ocupar o lugar de benfeitores.

É necessário que se diga: não há um instrumento legal que permite privatizar terras indígenas. Entretanto, a Paranapanema, como se vê acima, recebeu uma parte da área indígena. Trata-se, evidentemente, de um roubo. Semelhantemente, sobretudo na parte sul da área, age o Projeto FUNAI/Eletronorte.

A Eletronorte, durante o processo de construção de Balbina, sempre negou a existência de índios na área do reservatório. Em 1986, por pressão da opi-

nião pública, do CIMI, e do dinheiro do Banco Mundial, reconheceu a existência de duas aldeias no futuro lago. Mas antes de serem transferidos, alguns índios foram levados para Tucuruí, pelo programa Waimiri-Atroari, para que lhes fosse mostrada a devastação provocada pela Hidrelétrica na área dos índios Parakanã. Ao voltarem de Tucuruí, conforme afirma textualmente um coordenador do sub-programa da FUNAI/Eletronorte, "Eles não gostaram de Tucuruí e resolveram mudar por conta própria". Mas a Eletronorte foi atrás e fez questão de dar apoio na mudança. (8).

As decisões indígenas "por conta própria" são condicionadas pelas decisões estabelecidas pela FUNAI/Eletronorte, ou FUNAI/Paranapanema. Trata-se de um tipo de "autodeterminação" criada pelos interesses empresariais.

De forma semelhante é manipulado o povo da BR-174, Estrada de Balbina, mas sobretudo do Rio Uatumã.

As lideranças sindicais e comunitárias são enganadas pela Eletronorte, que mantém uma equipe de assistentes sociais e engenheiros, especialmente treinados para manipular as informações, neutralizar as lideranças emergentes com ofertas de empregos, e boicotar qualquer movimento popular de esclarecimento e apoio às comunidades.

* Ex-Secretário e atual membro do CIMI, integra o Movimento de Apoio à Resistência dos Waimiri-Atroari (Marewa) e assessora o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Presidente Figueiredo/AM.

NOTAS

- (1) Fundação Nacional do Índio – FUNAI. "Postos Indígenas da FUNAI. 1972.
- (2) A crítica – "CIMI Alerta sobre Futuros Ataques Indígenas" 21.1.79.
- (3) Fundação Nacional do Índio – FUNAI. "Postos Indígenas da FUNAI". 1972.
- (4) Jaakko Pöyry "UHE Balbina Extração e Utilização da Biomassa Florestal da Área do Reservatório". maio/1984.
- (5) O Estado de São Paulo – 21.6.79.
- (6) FUNAI/Eletronorte "Programa Waimiri-Atroari" 1987.
- (7) Mineração Taboca S/A X Comunidade Waimiri-Atroari. "Termo de Compromisso" 26.8.86.
- (8) Stephen Grant e Vereniide Pereira. "Relatório de Campo". 11.7.89.